



EXAME DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO NO CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO
EM EDUCAÇÃO - EDITAL PROPEG Nº 16/2022

CHAVE DE CORREÇÃO

Linha de Pesquisa 1 – Políticas e Gestão Educacional

QUESTÕES:	CHAVE DE CORREÇÃO
<p>QUESTÃO 01</p> <p>Considerando as análises e reflexões que embasam o “<i>Dossiê Militarização das Escolas Públicas no Brasil</i>”, (2019), DISSERTE sobre o processo que dá origem a criação destas escolas, apontando aspectos relativos à gestão militarizada; questões referentes ao campo do direito constitucional, administrativo e educacional, bem como suas interferências na organização administrativa das escolas e da prática pedagógica e na formatação de um modelo de escola que prioriza a disciplina e o controle dos corpos e dos espaços educativos em detrimento do princípio constitucional da gestão democrática da educação pública, transformado num simulacro. (Valor até 3,0 pontos).</p>	<p>Na resposta à questão deve-se:</p> <ul style="list-style-type: none">- Enfatizar o processo que dá origem a militarização das escolas públicas no Brasil, abordando o papel da educação e da escola no contexto político, social e econômico em que esse fenômeno acontece, marcado pela eleição do atual Presidente da República do Brasil Jair Messias Bolsonaro em um contexto de neoliberalismo, neoconservadorismo e de um governo de ultradireita;- Destacar que a militarização das escolas públicas não começa com a reformulação do Ministério da Educação, em janeiro de 2019, e a criação de uma Subsecretaria para fomentar as chamadas escolas cívico-militares, mas indiscutivelmente, o processo já em curso no país ganha um novo fôlego e uma outra dimensão, registrando que isso pode ser observado com a quantidade de entes da federação que ampliaram o número de escolas militarizadas ou iniciaram o processo de militarização, mesmo antes da publicação do Decreto 10.004, de 5 de setembro de 2019, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.



- Apontar que escolas *militarizadas* são instituições escolares civis públicas, vinculadas às secretarias distrital, estaduais e municipais de educação, que por meio de convênio com as secretarias de segurança ou polícia militar, passaram a ser geridas em conjunto com as polícias ou passam a contar com a presença de monitores cívico-militares. Também se enquadram nesse quesito aquelas escolas que fazem convênio, acordos, parcerias com os comandos das Polícias Militares, passando a contar com assessoria da corporação, para a aplicação da “Metodologia dos Colégios da Polícia Militar” ou processo de gestão compartilhada nas escolas e que, mais recentemente, em consonância com a adesão da sociedade a esse modelo, vai surgindo outra modalidade de militarização: as secretarias municipais de educação têm adquirido pacotes educacionais (de empresas ou organizações não governamentais) de militarização das escolas públicas, que continuam geridas pelo município, mas utilizam um projeto militarizado.

- Enfatizar que a militarização das escolas coloca em risco o princípio da gestão democrática, apontando questões relativas à gestão militarizada, suas interferências na prática pedagógica e a formatação de um modelo de escola que prioriza a disciplina e o controle, compreendendo que tal processo envolve um conjunto de procedimentos que instalam novas formas de organização da gestão educacional e escolar, em particular os processos de privatização que se realizam por meio de parcerias.

- Refutar os argumentos de as escolas militarizadas terão, obrigatoriamente, resultados escolares superiores às demais instituições escolares, ressaltando que os resultados positivos não são em decorrência da militarização, mas das condições específicas de que são dotadas



essas unidades escolares, com reforço de pessoal, maiores recursos, processos seletivos e, especialmente, com a dispensa de alunos que não se adaptam aos rigores dos padrões militares e dos indesejados, reforçando a defesa de que a escola pública é para todos e todas não cabendo escolher quem são aqueles que podem ficar e quais devem ser excluídos, ou seja, tratar o acesso à educação e à escola como direito;

- Apresentar o processo de militarização das escolas públicas sob os enfoques de três direitos: constitucional, educacional e administrativo, tendo como base a definição da educação escolar como um direito humano fundamental na Constituição Federal, nos tratados internacionais, na legislação educacional e demais normas de direito público voltadas a viabilizar o exercício desse direito. Devendo tomar por base os princípios, direitos e garantias fundamentais da Constituição de 1988, o papel nela destinado às forças armadas e os objetivos e princípios do ensino, com o objetivo de explorar a incompatibilidade entre a militarização e o desenho normativo afirmado na Constituição, bem como a definição de educação como um direito humano e, mais especificamente, as implicações necessárias dessa definição nas diretrizes e objetivos educacionais, adotando o enfoque típico do direito administrativo, com o intuito de explorar os novos arranjos que vêm sendo implantados como forma de viabilizar as escolas militarizadas, destacando desde as reformas administrativas nas secretarias e instituições de segurança pública até a ocupação dos cargos e funções públicas nas escolas e na gestão educacional.

- Destacar que, ao contrário da filosofia da escola militarizada, a função da educação e a de educar, dentro de uma visão progressista, é pensada em outras bases teóricas e epistemológicas cujas perspectivas e finalidades são de contribuir



	<p>com a transformação da sociedade, eliminando as divisões sociais estabelecidas; desbarbarizar a humanidade; formar sujeitos críticos, autônomos e emancipados através de uma educação integral, propiciadora do desenvolvimento das potencialidades humanas;</p> <p>- Evidenciar, portanto, que é através dos sentidos e finalidades da ação da educação escolar que os indivíduos podem apropriarem-se do saber social como ferramenta que lhes permita uma socialização ampla da cultura e apreensão dos conhecimentos e saberes historicamente produzidos, o que resulta em formar para o exercício pleno da cidadania, respeitando a pluralidade de ideias, o reconhecimento das diferenças e a tolerância como prática de convivência social.</p>
<p>QUESTÃO 2</p> <p>Na obra “<i>A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público</i>”, LAVAL (2004) discute a crise da escola frente ao avanço do neoliberalismo e das ideias pretensamente inovadoras na educação. Dentro deste cenário apresente e discorra sobre os elementos que caracterizam as relações entre os valores neoliberais e suas repercussões em discursos educacionais de desvalorização e mercantilização da escola pública; a expansão da privatização da educação escolar e do mercado educativo ancorado nas “supostas” deficiências da administração e da gestão pública em prover uma educação de qualidade; a redução do direito dos pais escolherem a escola de seus filhos comprometendo a natureza e o sentido da formação integral da escola. (Valor até 1,5 pontos).</p>	<p>Na resposta à questão deve-se:</p> <p>-Destacar as relações ocultas entre os valores neoliberais e os discursos educacionais de desvalorização da escola e da família nos últimos quinze anos, explicando a crise de legitimidade pela qual passa a escola, as raízes liberais dessa crise e suas repercussões negativas não só na escola como também nos valores humanos e familiares que têm se dissolvido afetando também a legitimidade do professor, revelando como o discurso dominante já arraigado na escola americana chega até a Europa e alcança até a resistente França. Demonstrando também tendência de globalização do tal discurso fundamentado em argumentos de necessidade de renovação da escola, um discurso aparentemente humanista, mas com base em necessidades puramente utilitaristas da educação.</p> <p>- Destacar que o interessante para a escola hoje,</p>



segundo o discurso neoliberal, é o “aprender a aprender” no sentido de ter “criatividade, desembaraço, flexibilidade e autonomia” no curso do trabalho, devendo a escola abandonar tudo o que se pareça com uma “acumulação de saberes supérfluos”, pois, “o essencial repousa na capacidade do trabalhador de continuar a aprender o que lhe será útil profissionalmente;

- Abordar o crescente destaque dado à inteligência como “capital humano”, aquele capital de características humanas, racionais que se valoriza somente quando é útil ao mercado, explicitando o papel de órgãos internacionais que financiam programas a fim de engajar cada vez mais a relação utilitarista da escola- emprego e dissolver cada vez mais o papel cultural da escola, apresentando as características de uma nova linguagem e nova gestão introduzidas no contexto escolar já calcadas nos interesses econômicos de tornar a escola mais eficaz (num sentido econômico da palavra) e com o papel de formar mão-de-obra para mover os setores industriais e comerciais.

- Apresentar a expansão da privatização escolar e do “mercado educativo” baseados em um discurso muito bem articulado sobre as deficiências da administração pública e o direito dos pais em escolher a escola de seus filhos, apresentado a base capitalista dos inúmeros produtos educacionais surgidos tão rápido nos últimos anos como, por exemplo, sistemas apostilados, treinamentos rápidos de métodos, educação a distância, produtos tecnológicos, patrocínio de grandes empresas em eventos de escolas públicas, dentre uma diversidade de produtos infiltrados no setor público educacional, todos argumentados com a necessidade de se ter resultados mais rápidos com o ensino a fim de atender o mercado, como se esse fator, empregabilidade, fosse o cerne da educação.



	<ul style="list-style-type: none">- Apresentar os efeitos negativos de fortalecimento das desigualdades sociais: “em todo lugar onde se desenvolveu uma lógica de concorrência, viu-se a expansão dos fenômenos segregacionistas”, destacando o atendimento aos interesses da minoria elitista, além da relação entre desvalorização familiar e desvalorização do professorado.- Ressaltar que a invasão do discurso de modernização da escola fundado em princípios de gestão, especialmente taylorista, desvelando como o discurso neoliberal coloca a escola como a empresa que deve prover capital humano ao mercado de forma eficaz, deixando claro que, a consolidação dos ideais liberais na escola, não trazem consequências somente ao seu âmbito. É algo que permeia toda a sociedade porque enfraquece desde valores familiares, respeito entre pais e filhos, o respeito e a responsabilidade do professor e até as razões individuais e de responsabilidade social de cada um, reduzindo toda ação a objetivos econômicos.- Destacar que os ideais neoliberais não estão totalmente instaurados na sociedade, destacando o papel de resistência de grupos de professores e intelectuais que defendem o papel da escola emancipadora e que apesar das circunstâncias demonstrarem que está quase tudo perdido, existe a possibilidade de mudança mesmo com a forte tendência de globalização do discurso neoliberal.
<p>QUESTÃO 03</p> <p>Considerando o estágio atual de desmonte das políticas educacionais e os conflitos decorrentes do esvaziamento de seu conteúdo, inclusive os de natureza política e humanística, as dificuldades na</p>	<p>Na resposta à questão deve-se:</p> <ul style="list-style-type: none">- Abordar a política educacional como política pública; o conceito polissêmico que enseja; discutir a política como um espaço de relações e o papel do Estado em seus diversos contextos;



<p>implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação, escolha uma política educacional recente e desenvolva uma análise apresentando suas características principais e pontos de entraves à sua materialização. (Valor até 1,5 pontos).</p>	<ul style="list-style-type: none">- Apresentar e discutir os marcos legais que regulamenta e reordena a política educacional escolhida;- Analisar uma política educacional que seja representativa de um desses campos: currículo, financiamento, gestão, avaliação, inclusão, ações afirmativas, educação básica e suas modalidades e ensino superior.- Discutir a dinâmica de (re)configuração dos espaços público e privado no Brasil e suas implicações na formulação de políticas públicas educacionais nas duas últimas décadas;- Enfim, discutir a política educacional como um espaço de relações e o papel do Estado em seus diversos contextos
<p>QUESTÃO 04</p> <p>Tomando por bases as questões e reflexões apresentadas no Dossiê: <i>“Financiamento da Educação Básica e a política de fundos”</i>(2021), produza um texto dissertativo sobre o “financiamento da educação básica no Brasil”, que se encarregue de colocar em relevo, a partir de uma perspectiva histórica, aspectos referentes a política de financiamento, a questão da vinculação constitucional de fontes e receitas, o advento da política de fundos, a questão da austeridade fiscal e investimento dos recursos à manutenção e desenvolvimento da educação básica até se chegar à definição da constitucionalização do Novo Fundeb transformado em um fundo permanente pela Lei nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020). – (Valor, até 2,0 pontos).</p>	<p>Na resposta à questão deve-se:</p> <ul style="list-style-type: none">- Evidenciar as questões que marcam contexto histórico, iniciado na década de 1990 do século XX, as quais tiveram influências na questão do financiamento da educação desembocando na definição de uma política de fundos;- Apresentar e discutir quais são os marcos legais que irão proporcionar a regulamentação e, posterior reordenamento do financiamento da Educação Básica configurada pela Constituição Federal de 1988 e pela atual LDB 9394/96, assim como a aprovação do Fundef e do Fundeb;- Abordar questões referentes à aprovação e implantação do atual Plano Nacional de Educação Lei nº 13.005/2014, em sua meta



20 e suas interfaces com os planos estaduais e municipais respectivamente;

-Situat brevemente a questão da vinculação de receitas para financiamento e manutenção da educação pública a partir do texto das diferentes constituições brasileiras;

- Fazer referência à implantação da política de fundos materializada, inicialmente, pelo Fundef (Lei 9.424/96), pelo Fundeb (Lei 11.494/2007) e pelo Novo Fundeb (14.113/2020), assim como algumas de suas principais decorrências no que se refere à produção de condições para a manutenção e desenvolvimento da educação;

- Tratar especificamente dos efeitos da criação do Fundeb, consubstanciado na aprovação da Lei 11.494/2007, destacando a cobertura que esse Fundo passa a fazer em todas as etapas que constituem a educação básica (Educação infantil, ensino fundamental e ensino médio);

- Analisar o movimento da sociedade civil em torno da aprovação do Novo Fundeb, destacando a ação de entidades do campo da educação, o papel da Câmara dos Deputados e no Senado Federal na aprovação da Lei 14.113/2020);

- Abordar a questão da ampliação da ação Supletiva e de complementação de recursos por parte da União junto a Estados e Municípios, o que pode contribuir para ampliação da capilaridade de oferta, condições de acesso e a valorização dos profissionais da educação básica;

- Ressaltar a política de financiamento em relação à questão da qualidade e da equidade do acesso e condições de manutenção da escola pública no contexto de constitucionalização da Fundeb nos



	termos da proposta de Emenda à Constituição 188/2019).
<p>QUESTÃO 5</p> <p>Considerando o contexto atual em que se apresenta a <i>Reforma do Ensino Médio</i>, levada a cabo por meio da Medida Provisória 746/16, posteriormente convertida na Lei 13.415/17, faça uma análise desta reforma, dando destaque para a produção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), revelando as disputas em torno dos sentidos e finalidades que envolvem esta etapa da educação básica nos últimos 20 anos assim como suas limitações que se revestem na retórica de um contexto aparentemente novo, mas que abriga velhos discursos e propósitos que se consideravam superados pela crítica e debate educacional. (Valor até 2,0 pontos).</p>	<p>Na resposta à questão deve-se:</p> <p>Abordar o cenário que propiciou a publicação da Medida Provisória 746/16 posteriormente convertida na Lei 13.415/17, destacando os argumentos em favor da reforma, as audiências públicas e a sua aprovação.</p> <p>- Enfatizar as mudanças asseguradas na Lei da Reforma do Ensino Médio, tais como: a carga horária da formação básica comum que na medida provisória compunha 1.200 horas ficou definida na Lei 13.415/17 em “até” 1.800 horas; à composição das áreas que integram o currículo do ensino médio é acrescida a expressão “e suas tecnologias” (passa a compor o Art. 35 da LDB), retomando a denominação presente nos Parâmetros e Diretrizes Curriculares do Ensino Médio da década de 1990. A ampliação da jornada ficou estabelecida em cinco horas diárias conferindo ao ensino médio a carga horária mínima de 3.000 horas; a polêmica em torno de Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física foi “resolvida” por meio de sua presença obrigatória na forma de “estudos e práticas”; que caberá à União estabelecer padrões de desempenho dos concluintes do ensino médio, compondo referência dos processos nacionais de avaliação a partir da Base Nacional Comum Curricular; os itinerários formativos serão ofertados em conformidade com as “possibilidades dos sistemas de ensino” sem assegurar a tão proclamada escolha e protagonismo dos estudantes; que, também em conformidade com as possibilidades, as redes de ensino poderão compor “itinerários formativos integrados”. Além disso, foi incluída a possibilidade de que os sistemas de ensino firmem convênios com instituições de educação a distância com vistas à oferta de</p>



cursos que serão integralizados na carga horária total do ensino médio.

- Destacar o processo de mercantilização da educação básica, que passa a compor não apenas a definição das finalidades e concepções que orientam os processos formativos escolares, mas também o financiamento público para a oferta privada da educação por meio da Educação a Distância (Aed) e da oferta do itinerário de formação técnica e profissional.

- Discorrer se faz sentido uma Base Nacional Comum Curricular, com seu caráter limitador que comporta um “currículo nacional” excessivamente prescritivo e, ainda, atrelado às avaliações de Estado.

- Abordar porque uma política curricular oficial como listagens de objetivos ou de *competências*, como se configuram os textos do Ministério da Educação em torno da definição da BNCC pode levar em decorrência a ampliação das desigualdades educacionais já existentes;

- Destacar no discurso na BNCC do Ensino Médio a recuperação das ideias de competências, já que propõe um conjunto de competências gerais e outro de competências específicas para cada área/disciplina. Enfatizando que a centralidade da noção de competências no currículo, proposta pela via unidimensional do mercado, produz uma “formação administrada”, ao reforçar a possibilidade de uma educação de caráter instrumental e sujeita ao controle, ignorando a dimensão histórico-cultural da formação humana, pelo caráter instrumental das proposições, gerando um processo formativo voltado para a adaptação dos indivíduos em sacrifício da diferenciação e da autonomia.

- Considerar que nos dispositivos que orientam as proposições curriculares com



base em competências, prepondera, uma concepção de formação humana marcada pela intenção de adequação à lógica do mercado e à adaptação à sociedade por meio de uma abstrata noção de cidadania. Esse discurso é marcado, também, pelo não reconhecimento da dimensão da cultura como elemento que produz, ao mesmo tempo, a identidade e a diferença. A noção de competências, ora como resultado de uma abordagem biológica e/ou inatista da formação, ora em virtude de seu caráter instrumentalizador e eficientista, consolida uma perspectiva de educação escolar que, contraditoriamente, promete e restringe a formação para a autonomia, reforçando, com isso, a adaptação e tornando limitada a possibilidade de emancipação.

- Enfatizar como a noção de competências, incorporada como um dispositivo capaz de produzir mudanças na organização curricular do ensino médio com vistas a superar os limites da excessiva disciplinarização e baseado no acúmulo de informações, mostra-se limitada por seu caráter pragmático e a-histórico. Ela reproduz em outras bases os limites postos pelo currículo disciplinar e sequencial, pois não realiza a inversão necessária, ou seja, não permite o aprendizado e o exercício da reflexão com a profundidade que a formação cultural exige.

- Ressaltar que o caráter prescritivo do currículo, pensado e proposto *do lado de fora da escola*, afirma a dimensão autoritária dos enunciadores do discurso oficial e reitera uma perspectiva tradicional de proposição curricular: encontrar-se-ia na *teoria*, na *intenção*, no *currículo prescrito*, as saídas para os problemas da escola, onde apenas alguns iluminados detêm esse conhecimento, mas, democraticamente, irão socializa-los.

- Ressaltar, finalmente, que aos professores, torna-se suficiente, e



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO



necessário, se esforçarem e passarem a seguir pelo novo discurso, verificando-se um profundo desrespeito pela condição do professor, que é tomado como incapaz de exercitar a análise e a crítica. Dada essa suposta incapacidade, outros pensarão e proporão por ele. Esse foi o procedimento da reforma curricular da década de 1990 e retomada no contexto da Lei 13.415/2017 e sua BNCC. A busca da legitimidade, antes e agora, se deu por meio de vários mecanismos, dentre eles as consultas formais a segmentos do campo educacional.



LINHA DE PESQUISA 2

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E TRABALHO DOCENTE

QUESTÕES	CHAVE DE CORREÇÃO
<p>QUESTÃO 1</p> <p>Considerando as análises e reflexões que embasam o “<i>Dossiê Militarização das Escolas Públicas no Brasil</i>”, (2019), DISSERTE sobre o processo que dá origem a criação destas escolas, apontando aspectos relativos à gestão militarizada; questões referentes ao campo do direito constitucional, administrativo e educacional, bem como suas interferências na organização administrativa das escolas e da prática pedagógica e na formatação de um modelo de escola que prioriza a disciplina e o controle dos corpos e dos espaços educativos em detrimento do princípio constitucional da gestão democrática da educação pública, transformado num simulacro. (Valor até 3,0 pontos).</p>	<p>Na resposta à questão deve-se:</p> <ul style="list-style-type: none">- Enfatizar o processo que dá origem a militarização das escolas públicas no Brasil, abordando o papel da educação e da escola no contexto político, social e econômico em que esse fenômeno acontece, marcado pela eleição do atual Presidente da República do Brasil Jair Messias Bolsonaro em um contexto de neoliberalismo, neoconservadorismo e de um governo de ultradireita;- Destacar que a militarização das escolas públicas não começa com a reformulação do Ministério da Educação, em janeiro de 2019, e a criação de uma Subsecretaria para fomentar as chamadas escolas cívico-militares, mas indiscutivelmente, o processo já em curso no país ganha um novo fôlego e uma outra dimensão, registrando que isso pode ser observado com a quantidade de entes da federação que ampliaram o número de escolas militarizadas ou iniciaram o processo de militarização, mesmo antes da publicação do Decreto 10.004, de 5 de setembro de 2019, que



	instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.
<p>QUESTÃO 2</p> <p>Tomando por bases as questões e reflexões apresentadas no Dossiê - “Formação de Professores: projetos em disputa”, focalizam a formação inicial de professores e professoras a partir de elementos da política de formação e dos diferentes projetos políticos, ideológicos, curriculares e pedagógicos em disputa na sociedade civil e no Estado. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação docente e a Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC) são os principais documentos norteadores da discussão e análise presente nos artigos desse dossiê. Com base nas discussões e análises apresentadas no referido dossiê, DISSERTE sobre o conteúdo das propostas de formação docente presente nos projetos em disputa (projeto neoliberal e projeto emancipador) na definição das políticas da formação de professores para a Educação Básica e APRESENTE os impactos na concepção de formação de professores, tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular da Formação de Professores –Resolução CNE/CP nº 02/2019. (Valor até 2,0 pontos).</p>	<p>Na resposta à questão deve-se:</p> <p>DISSERTAR sobre o conteúdo das propostas de formação docente presente nos projetos em disputa (projeto neoliberal e projeto emancipador) na definição das políticas da formação de professores para a Educação Básica:</p> <p>O projeto neoliberal-gerencialista de formação de professores apresenta os seguintes conteúdos em sua proposta de formação docente:</p> <ul style="list-style-type: none">- Lógica gerencialista, que orienta o currículo e a concepção de professor a partir da noção de competências para a construção dos currículos das licenciaturas traduzida como a capacidade de produzir uma conduta em um certo domínio, esvaziando o trabalho docente;- A lógica das competências nas DCN de Formação de Professores institui, conseqüentemente, novas práticas educativas, fabricando outros referenciais de escolarização e preparação docente traduzidos, prioritariamente, pelo caráter técnico, prático e utilitarista, vinculando o conhecimento somente à sua aplicabilidade, legitimando uma lógica que limita o sentido do conhecimento ao pragmatismo;



- Divisão e atuação técnica do trabalho docente, fazendo com que professores se adaptem aos parâmetros de aferição de produtividade quantitativos e performáticos, incongruentes com a natureza de sua atividade, reduzindo-os/as a executores/as de tarefas;

- Padronização dos currículos dos cursos de formação de professores da educação básica no Brasil.

O **projeto emancipador que tem uma concepção sócio histórica** construída pelo movimento da ANFOPE e a epistemologia da práxis apresenta os seguintes conteúdos em sua proposta de formação docente:

- Matriz formativa para além de prescrição de currículo mínimo, estabelecendo elementos para a formação do professor numa concepção sócio histórica e uma perspectiva humanizadora;

- Essa Base Comum Nacional tem como objetivos valorizar a docência e propor um projeto de formação numa perspectiva crítico-emancipadora e, por isso, simbolizava resistência e protesto ao projeto hegemônico na busca da garantia de liberdade para as instituições do ensino superior organizarem currículos de seus cursos, tendo princípios gerais para a formação de professores.



- Uma sólida formação teórica e interdisciplinar no campo da educação que permita apreender seus fundamentos históricos, políticos e sociais, e o domínio dos conteúdos a serem ensinados pela escola;
 - A epistemologia da práxis como fundamento para a formação de professores em contraposição à epistemologia da prática.
 - Princípio formativo de defesa de uma formação docente comprometida com uma educação crítica emancipadora.
 - Formação como unidade dialética entre teoria e prática presente na universidade e na escola.
- E ainda **APRESENTAR** os impactos na concepção de formação de professores, tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular da Formação de Professores – Resolução CNE/CP nº 02/2019:
- Retrocesso na formação, considerando que aponta para um perfil neotecnista de professor/a referenciado em um projeto educacional gerencialista;
 - Práticas educativas de caráter técnico, prático e utilitarista, vinculando o conhecimento somente à sua aplicabilidade.



	<p>- Padronização dos currículos dos cursos de formação de professores da educação básica.</p>
<p>QUETÃO 3</p> <p>Hypólito (2019), no artigo “BNCC, Agenda Global e Formação Docente” discute a Base Nacional Comum Curricular com o objetivo de mostrar relações entre as políticas globais, as políticas curriculares nacionais e suas influências nas políticas de formação docente. A partir dessas reflexões apresentadas no texto, EXPLICITE como se dá as relações entre políticas globais e políticas curriculares nacionais e quais as implicações da BNCC nas políticas na formação docente no Brasil. (Valor até 1,5 pontos).</p>	<p>Na resposta à questão deve-se:</p> <p>Explicitar como se dá as relações entre políticas globais e políticas curriculares nacionais; e, explicitar as implicações da BNCC nas políticas de formação docente no Brasil. Dessa maneira, espera-se que em sua resposta o candidato explicite:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Que há uma agenda global, no que se refere as reformas de políticas educacionais, que causa influências diretas na formação docente. Será bem-vinda a discussão que contextualize as discussões sobre uma Base Nacional Comum Curricular para a educação brasileira.b) Os movimentos organizados pela agenda global, a exemplo do germe e suas influências no Brasil articulados com movimentos nacionais como o Todos pela Educação, por exemplo, que tem um papel decisivo para a agenda educacional local;c) Pelo menos três das cinco premissas evidenciadas nos documentos do Banco Mundial: Premissa 1: a pobreza na América Latina e Caribe pode ser mais



efetivamente reduzida por intermédio da reforma educacional.

Premissa 2: a América Latina e o Caribe constituem um contexto político, econômico, social e educacional único em que a mesma política educacional pode ser aplicada com efeito igual e positivo.

Premissa 3: melhorar a qualidade docente, conforme capturada pelo desempenho dos estudantes em testes padronizados e medidas de valor agregado (vam), é a forma mais eficaz de melhorar os resultados educacionais na América Latina e Caribe.

Premissa 4: a baixa qualidade docente, medida pelo uso do tempo de ensino, demonstra que a composição do magistério deve ser mudada.

Premissa 5: o obstáculo primário para melhorar a educação pela elevação da qualidade docente é o poder político dos sindicatos de professores, os quais, por esse motivo, devem ser profundamente enfraquecidos

d) No que se refere as implicações da BNCC na formação docente, destacar que a escola está crivada por políticas que pretendem



	<p>submetê-la ao mercado e ao neoconservadorismo;</p> <p>e) Que há um projeto político de controle do cotidiano escolar que passa pela formação docente;</p> <p>A sustentação do argumento de uma base comum com força de lei é estratégica para “justificar” a necessidade de uma Política Nacional Curricular que interesse ao capital e a criação e modelos/propostas de formação de professores em um esquema global que visa atender ao mercado.</p>
<p>QUESTÃO 4</p> <p>No texto “Segmentações históricas e contemporâneas da profissão docente no Brasil”, Oliveira (2021) analisa a profissão docente no Brasil pela identificação de segmentações históricas que interferiram na constituição dos professores como um grupo profissional homogêneo, ou seja, temos uma profissão dividida em vários grupos profissionais com especificidades distintas. Nesse sentido, DISCORRA sobre essas múltiplas segmentações da profissão docente que, apesar das transformações vividas na educação brasileira, sobretudo nos últimos 30 anos, ainda persistem, bem como as novas segmentações na profissão docente que surgiram a partir das reformas educacionais das últimas décadas. (Valor até 2,0 pontos).</p>	<p>Na resposta à questão deve-se:</p> <p>DISCORRER sobre as múltiplas segmentações da profissão docente que, apesar das transformações vividas na educação brasileira, sobretudo nos últimos 30 anos, ainda persistem, bem como as novas segmentações na profissão docente que surgiram a partir das reformas educacionais das últimas décadas:</p> <p>Segmentações históricas que interferiram na constituição dos professores como um grupo profissional homogêneo:</p> <p>- PROFESSORES URBANOS E PROFESSORES RURAIS: As diferenças entre professores que atuam em centros urbanos e aqueles que trabalham em áreas rurais refletem uma forma histórica e duradoura de segmentação da profissão docente que revela a acentuada desigualdade do país;</p>



- **DOCÊNCIA E GÊNERO-PROFESSORES E PROFESSORAS:** A divisão de gênero é talvez a maior segmentação que historicamente marca a profissão docente não só no Brasil e exerce importante influência na identidade desses profissionais, apesar de presente em muitas profissões. Essa divisão está relacionada à presença de um maior contingente feminino nos níveis mais elementares da educação básica.

- **PROFESSORA UNIDOCENTE E PROFESSORES ESPECIALISTAS:** Outra segmentação importante tem relação com a organização da educação básica nas suas diferentes etapas. As condições de trabalho e a formação de professores que atuam na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental são muito diferentes daquelas encontradas nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. A professora unidocente, também conhecida como monodocente, polivalente ou multidisciplinar, tem sido caracterizada como uma profissional que ensina as várias disciplinas que compõem o currículo escolar dos anos iniciais do ensino fundamental e da educação infantil.

- **PROFESSORES E ESPECIALISTAS EDUCACIONAIS:** Outra divisão importante na escola e que reflete alguns obstáculos em relação a uma identidade docente mais



homogênea é a que se observa entre professores e especialistas. Nesse caso, essa divisão sofreu alteração de acordo com as mudanças políticas das últimas décadas. Os especialistas, que sempre ocuparam lugar de destaque na hierarquia técnica no contexto escolar, colocando-se como superiores ao corpo de professores, perderam muito terreno com as mudanças ocorridas na organização escolar trazidas pelas reformas mais recentes.

Novas segmentações na profissão docente que surgiram a partir das reformas educacionais das últimas décadas:

- A segmentação entre professores efetivos e professores contratados é provavelmente a mais incômoda de todas as situações vividas pelo corpo profissional, pois ela institui hierarquias informais, já que os efetivos são mais pertencentes à escola. Revista Brasileira de Educação v. 26 e260095 2021 13 Segmentações históricas e contemporâneas da profissão docente no Brasil que os contratados e, por isso, se sentem mais donos da instituição. Ela também repercute em disparidades no tocante à participação na gestão escolar e nas decisões sobre o destino dos estudantes. Os contratados, em geral, têm menor autoridade.



- A bonificação dos professores pelo desempenho dos seus estudantes tem sido uma política largamente utilizada, tem engendrado novas segmentações no contexto escolar e interferido na subjetividade dos docentes. Como os testes são aplicados apenas sobre as disciplinas de português, matemática e, mais recentemente, ciências, os professores responsáveis por essas matérias passaram a ter maior importância no processo educativo.
- As políticas de *accountability* adotadas por grande número de estados e municípios também tendem a aumentar o poder da direção escolar sobre os professores, já que são os gestores escolares que negociam as metas de desempenho da escola com os órgãos superiores e respondem pessoalmente pelos resultados) e eles são muitas vezes professores eleitos por seus pares, essa responsabilização tem aumentado a distância entre gestores e professores, dando origem à nova segmentação na escola.
- Outra segmentação importante que aparece mais recentemente entre os docentes é resultante de novos programas que foram incorporados pela escola. Merecem destaque a incorporação da educação infantil e os programas de educação de tempo integral. Os profissionais que atuam na educação infantil são os que recebem os salários mais



	<p>baixos, os que têm menos anos de formação (menor titulação) e possuem maior número de contratos precários. Esses professores também têm sido contratados com outras nomenclaturas, para não ser enquadrados como professores nem passar a receber os mesmos direitos. Os docentes que atuam em programas especiais, como o Programa Mais Educação, que implantou os chamados contraturnos nas escolas para acolherem os estudantes em jornada integral, são em sua maioria contratados de forma precária, recebem remuneração mais baixa que os professores do turno regular e não apresentam formação adequada.</p>
<p>QUESTÃO 5</p> <p>Em 2020, a pandemia causada pelo Coronavírus impôs medidas restritivas à população que envolviam o distanciamento social. Como consequência, as redes de ensino adotaram o ensino remoto – que impactou profundamente a educação e o trabalho docente, reconfigurando espaços, tempos, práticas e as relações, de um modo geral. Com base na pesquisa de Oliveira e Pereira-Junior (2020), DESCREVA os impactos do ensino remoto nas condições de trabalho docente no Brasil, destacando o suporte institucional oferecido pelas redes de ensino, os recursos tecnológicos disponíveis aos docentes e aos alunos para desenvolver as atividades, a sobrecarga de trabalho decorrente desse novo formato de</p>	<p>Na resposta à questão deve-se:</p> <p>Destacar que o ensino remoto acarretou formas diferentes de trabalho e demandou novas habilidades dos professores, gerando, então, uma sobrecarga, especialmente pelo não domínio das tecnologias digitais exigidas para esse novo formato de ensino. Por alterar a forma de interação entre estudantes e professores, uma vez que as aulas não se davam mais de forma presencial, o ensino remoto exigiu que as redes de ensino oferecessem suporte material e tecnológico. Muitos professores não receberam esse suporte e houve variação no tipo de suporte oferecido pelas redes municipais e estaduais; houve uma discrepância, também, considerando as redes estaduais, entre as diferentes regiões do país.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO



trabalho e como se deu a participação dos estudantes. **(Valor até 1,5 pontos).**

O candidato deverá destacar, ainda, que houve uma diminuição da participação dos estudantes nas atividades, por conta da falta de recursos tecnológicos, de ambiente reservado para o estudo, internet, além das dificuldades oriundas da interação a distância.

Deverá enfatizar que a pandemia e o ensino remoto evidenciaram as diferenças, as desigualdades sociais, regionais e educacionais do país.

Rio Branco-Acre, 12 de setembro de 2022.

A Comissão